

# Entre as chamas do passado e do presente

: os desafios à preservação de Ouro Preto

*Giovana Martins Brito*

Mestranda em História pela Universidade  
Federal de Juiz de Fora (UFJF)

## Resumo

O presente artigo tem como objeto de estudo o sítio histórico de Ouro Preto e busca compreender os desafios colocados à sua preservação entre a década de 1980 e o início dos anos 2000, isto é, período em que recebeu, da UNESCO, o título de Patrimônio Mundial. Diante de um acelerado processo de descaracterização e degradação ao patrimônio, diversas dificuldades são colocadas à preservação do conjunto. Nesse contexto, ressaltamos o incêndio no Hotel Pilão, em 2003, e suas repercussões a partir do movimento Chama: Consciência e Prevenção contra o Fogo e das discussões levantadas em torno dos possíveis impactos no título concedido pela UNESCO.

**Palavras-chave** Ouro Preto – Preservação – Desafios – Incêndio.

## Submissão

30/07/2022

## Aprovação

14/05/2023

## Publicação

12/06/2023

## **Between the Flames of the Past and the Present: The Challenges to the Preservation of Ouro Preto**

### **Abstract**

This paper analyses the historic site of Ouro Preto and aims to understand the challenges posed to its preservation from the 1980s to the early 2000s, i.e., the period when it was designated a World Heritage Site by UNESCO. Due to the accelerated process of decharacterization and degradation of the heritage, several difficulties are posed to the preservation of the site. Therefore, we stress the fire at Pilão Hotel in 2003 and its repercussions on the movement Chama: Awareness and Prevention against Fire and the issues concerning the possible impacts on the status granted by UNESCO.

**Keywords** Ouro Preto – Preservation – Challenges – Fire.

## **Entre las llamas del pasado y el presente: los desafíos de la conservación de Ouro Preto**

### **Resumen**

Este artículo analiza el sitio histórico de Ouro Preto y pretende comprender los desafíos planteados a su preservación desde la década de 1980 hasta principios de la década de 2000, o sea, el período en que fue designado Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO. Debido al acelerado proceso de descaracterización y degradación del patrimonio, se plantean varias dificultades a la preservación del sitio. Por ello, destacamos el incendio del Hotel Pilão en 2003 y sus repercusiones en el movimiento Chama: Sensibilización y Prevención contra Incendios y las cuestiones relativas a los posibles impactos sobre el estatuto concedido por la UNESCO.

**Palabras clave** Ouro Preto – Preservación – Desafíos – Incendio.

## Introdução

A importância da cidade de Ouro Preto é fruto de seu processo de formação histórica e política, iniciado com a consolidação de Vila Rica, no século XVIII. Destaca-se a beleza de sua arte e arquitetura barroca, assim como sua intensa atividade cultural, política e intelectual, apontando a cidade como berço de grandes nomes da história do Brasil. O local – apesar de ter sido um poderoso centro durante o período colonial devido à sua atividade mineradora – sofreu diversas mudanças no seu status ao longo do século XIX, as quais foram acarretadas, principalmente, pela mudança da capital para Belo Horizonte. Já no século XX, a cidade passa a ser redescoberta e valorizada pelo testemunho histórico e cultural que representa, sendo reconhecida, em 1933, como Monumento Nacional. Nesse contexto, diversos intelectuais modernistas, a partir de suas viagens a Ouro Preto, iniciam um movimento preservacionista que culminará com o surgimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).<sup>1</sup>

Na década de 1980, são vivenciados certos avanços na concepção de patrimônio cultural e na formulação de uma gestão mais democrática e integrada, com compartilhamento de responsabilidades, quando Ouro Preto foi elevada a Patrimônio Mundial, segundo critérios definidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A partir disso, são debatidas as questões em torno de seu estado de conservação, tendo em vista a situação de descaracterização, destruição e ameaça à integridade do conjunto histórico. Reflete-se, então, sobre os desafios postos à salvaguarda de Ouro Preto na tentativa de encontrar conciliação entre o Patrimônio Mundial e as novas dinâmicas de desenvolvimento local.

A fim de delimitar o recorte deste trabalho, nosso olhar é direcionado ao risco de incêndio que paira sob a cidade como um perigo constante. O assunto é trazido por meio do enfoque ao incêndio ocorrido, em 2003, no Hotel Pilão, situado no centro histórico, na praça Tiradentes. Assim, a ameaça do patrimônio histórico pelo fogo é

<sup>1</sup> BRAGA, V. M. *Relíquia e exemplo, saudade e esperança: o SPHAN e a consagração de Ouro Preto*. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2010; LIMA, A. A. “Pelo passado Nacional”. *Revista do Brasil*, ano 1, v. 3, set./dez. 1916; NATAL, C. M. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007; VASCONCELLOS, S. *Vida e obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. (Brasiliana, 369); *Vila Rica: formação e desenvolvimento: residências*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

compreendida por meio das noções apresentadas pelo movimento Chama: Consciência e Prevenção contra o Fogo, sobretudo através da exposição das propostas de ação do projeto e das peculiaridades do conjunto colonial mineiro. Além disso, são explorados os impactos da tragédia do Hotel Pilão em torno dos rumores gerados acerca dos abalos na manutenção do título concedido pela UNESCO.

### O reconhecimento como Patrimônio Mundial

A construção da noção de patrimônio mundial veio acompanhada por uma série de diretrizes que explicitam etapas, conceituações e responsabilidades. Desse modo, foram definidos os procedimentos para inclusão de Ouro Preto na lista do Patrimônio Mundial, assim como as competências dos Estados e a disponibilização de apoio por parte da UNESCO. Logo, a *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural* é considerada um documento de base fundamental para definição do conceito de patrimônio cultural:

Artigo 1º Para os fins da presente Convenção, são considerados “patrimônio cultural”:

- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.<sup>2</sup>

Na cerimônia de inscrição de Ouro Preto na lista do Patrimônio Mundial, em 21 de abril de 1981, o diretor-geral da UNESCO, Amadou-Mahtar M'Bow, faz um emblemático discurso apontando o valor universal excepcional contido naquele conjunto histórico.<sup>3</sup> Ouro Preto é reconhecida como local de origem dos principais movimentos políticos e artísticos do país, escolhida como símbolo da história e da identidade nacional. A antiga capital guarda um cenário digno de admiração onde a

2 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. Paris: UNESCO, 1972.

3 ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). *Discurso del sr. Amadou Mahtar M'Bow, director general de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), con ocasión de la ceremonia de inscripción de Ouro Preto en La Lista del Patrimonio Mundial Cultural y Natural*. Ouro Preto: UNESCO, 21 abr. 1981.

paisagem natural se encaixa harmoniosamente às construções, como se as casas, igrejas e pontes seguissem o ritmo encadeado das montanhas. M’Bow destaca o talento dos escravizados e descendentes de africanos na criação de verdadeiras obras através da pedra e da madeira, com atenção especial ao mestre Aleijadinho. Desse modo, o êxito econômico da exploração do ouro possibilitou, ao mesmo tempo, o advento das artes e da intelectualidade em todas as suas expressões: arquitetura, pintura, escultura, música, literatura e poesia. Foi ali que o Barroco adquiriu características originalmente particulares até então nunca vistas, e onde surgiu o espírito de liberdade aportado na figura dos inconfindentes e de seu líder, Tiradentes. Foi nesse contexto mineiro de efervescência cultural que, posteriormente, se confluem as principais influências do movimento modernista, como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Carlos Drummond de Andrade.

Dois pontos do discurso de M’Bow merecem atenção especial. Primeiro, o esclarecimento de que a salvaguarda está além da mera preservação dos edifícios individualmente. Para o diretor-geral da UNESCO, é preciso que a conservação seja entendida de maneira ampla, a fim de garantir a integridade da paisagem. Nesse sentido, as ações de proteção implicam a participação efetiva da comunidade e o envolvimento dos diversos setores responsáveis.

É com satisfação que sublinho que a execução do plano de conservação e revalorização de Ouro Preto compreende não só as obras de restauro e habilitação necessárias à manutenção da *coerência, equilíbrio* e características desta cidade monumental, mas também a proteção da sua natureza envolvente, que é um dos seus elementos principais. *A harmonia e variedade da paisagem, o perfil das montanhas coroadas por picos de beleza singular, fazem parte do valor universal* que deve ser protegido a todo custo da deterioração.

Este é um empreendimento que requer *a participação ativa de todos os habitantes da cidade e o apoio de todo o povo brasileiro*. A conservação de Ouro Preto também é importante para aqueles que, em todas as partes do mundo, promovem *o cumprimento dos objetivos da Convenção do patrimônio mundial*.<sup>4</sup>

4 “Me complace subrayar que la ejecución del plan de conservación y de revalorización de Ouro Preto comprende no sólo los trabajos de restauración y de habilitación necesarios para mantener la coherencia, el equilibrio y las características de esta ciudad monumento, sino también la protección de su marco natural que es uno de sus elementos capitales. La armonía y la variedad del paisaje, el perfil de las montañas coronadas por cumbres de singular belleza, forman parte del valor universal *que es necesario proteger a toda costa del deterioro*. // Se trata de una empresa que requiere la participación activa de todos los habitantes de la ciudad y el apoyo del pueblo brasileño en su totalidad. La conservación de Ouro Preto es importante también para quienes en todas partes del mundo impulsan el cumplimiento de los objetivos de la Convención del patrimonio mundial.” ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). *Discurso del sr. Amadou Mahtar M’Bow, director general de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), con ocasión de la ceremonia de inscripción de Ouro Preto en La Lista del Patrimonio Mundial Cultural y Natural*. Ouro Preto: UNESCO, 21 abr. 1981. p. 3.

O segundo ponto se refere à compreensão da noção de patrimônio pertencente à humanidade e a escolha de Ouro Preto como a grande contribuição do Brasil à cultura mundial, inserindo o local nos emaranhados da história que conecta os diversos povos e países existentes. Partindo dessa perspectiva, podemos considerar Ouro Preto como um *soft power* [poder brando], isto é, um produto cultural que traduz valores universais amplamente compartilhados pela comunidade internacional. Assim, é evocado o direito à herança cultural, de forma que o reconhecimento dos povos e de seu passado se constitui como base para a compreensão do presente.<sup>5</sup>

Esta cerimônia em Ouro Preto é uma oportunidade para a UNESCO homenagear o lugar que o Brasil ocupa no panorama cultural mundial. Numa época em que cada vez mais os povos ultrapassam seus próprios horizontes para considerar as contribuições de todos os países como um patrimônio indivisível, o espírito criativo do Brasil tem um valor exemplar. Parafraseando André Malraux, pode-se dizer que as obras brasileiras de Ouro Preto e Minas Gerais unem os templos astecas, as cavernas da Índia e da China, os monumentos do Egito e da Núbia, as artes escultóricas do Benin e do Zimbábue às telas e aos murais de Diego Rivera, porque estamos aqui em um dos lugares da terra onde se pode captar com emoção o misterioso elo que une todas as grandes obras do espírito.

Ouro Preto é a prova de que o Brasil não representa uma espécie de exílio histórico em que Europa e África se reproduziriam separadamente, sem jamais fundir suas respectivas contribuições nutricionais. Ao contrário, por ser uma América das Américas, o Brasil ilustra aqui sua capacidade de mesclar estilos, sensibilidades, épocas, modos de vida e de expressão.<sup>6</sup>

Ao longo dos anos 1960 e 1970 ocorreram várias mudanças no cenário nacional e internacional que possibilitaram a ampliação dos discursos em torno das políticas de proteção ao patrimônio. Novas concepções promoveram o incentivo ao turismo e a

5 CHRISTOFOLETTI, R. (Org.). *Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power*. Santos, SP: Editora Universitária Leopoldianum, 2017. p. 15-16; NYE JR., J. S. *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. New York: Basic, 1990; *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs, 2004.

6 “Esta ceremonia de Ouro Preto es una ocasión para la UNESCO de rendir homenaje al lugar que ocupa el Brasil en el panorama cultural del mundo. En una época en que los pueblos sobrepasan cada vez más sus propios horizontes para considerar como un patrimonio indivisible los aportes de todos los países, el espíritu creador del Brasil tiene un valor ejemplar. Parafraseando a André Malraux, puede decirse que las obras brasileñas de Ouro Preto y Minas Gerais se unen a los templos aztecas, las grutas de la India y de la China, a los monumentos de Egipto y de Nubia, a las artes escultóricas de Benin y de Zimbabwe, a las telas de Portinari y a los murales de Diego Rivera, porque estamos aquí en uno de los sitios de la tierra en que se puede captar con emoción el vínculo misterioso que liga entre sí a todas las grandes obras del espíritu.” ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). *Discurso del sr. Amadou Mahtar M'Bow, director general de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), con ocasión de la ceremonia de inscripción de Ouro Preto en La Lista del Patrimonio Mundial Cultural y Natural*. Ouro Preto: UNESCO, 21 abr. 1981. p. 4. Tradução nossa.

descentralização das ações para os Estados, além de se atentar às demandas sociais que surgiam e exigiam a preservação das cidades como elemento para a promoção da qualidade de vida. Vale dizer que, antes disso, a *Declaração universal dos direitos humanos*, de 1948,<sup>7</sup> já havia afirmado a cultura como um dos direitos fundamentais da humanidade. Em 1962, a *Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios*<sup>8</sup> apontou os centros históricos como componentes integrantes do meio ambiente, devendo fazer parte do planejamento territorial.<sup>9</sup> A consciência a respeito de uma ideia abrangente sobre a preservação é fruto das discussões daquele momento. Durante o período, publicaram-se diversos textos demonstrando preocupação tanto sobre a edificação em si quanto sobre a ambiência que a abriga. Isto é, enfatiza-se o papel do conjunto da paisagem de modo que as áreas de vizinhança estejam em equilíbrio e concordância com o patrimônio. Como exemplo, podemos citar: *Carta de Veneza*,<sup>10</sup> *Normas de Quito*,<sup>11</sup> *Carta de Petrópolis*<sup>12</sup> e *Carta de Washington*.<sup>13</sup>

Tendo em vista essa conjuntura internacional, no âmbito nacional também ocorreram inovações na abordagem ao patrimônio. A partir de 1979, o então nomeado diretor do Iphan, Aloísio Magalhães buscou dar maior destaque à participação da população e resgatar o aspecto antropológico do conceito de patrimônio, percebido como um processo global, e sua inclusão nos contextos culturais. Assim, ele propôs a ideia de devolução do patrimônio às comunidades, pensando nos valores e

- 7 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). “Declaração universal dos direitos humanos: adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948”. *UNICEF*, Brasil, 28 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 21 maio 2023.
- 8 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). “Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios” (12 dez. 1962). *IPHAN*, Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2022.
- 9 MOTTA, L. *Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural 1975 a 1990*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- 10 “CARTA de Veneza (1964)”. *IPHAN*, Brasília, DF, 19 maio 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2022.
- 11 “NORMAS de Quito (1967)”. *IPHAN*, Brasília, DF, 31 jan. 2001. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2022.
- 12 “CARTA de Petrópolis (1987)”. *IPHAN*, Brasília, DF, [1995]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2022.
- 13 “CARTA de Washington (1987)”. *IPHAN*, Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

conhecimentos que os objetos são capazes de proporcionar, reconhecendo-os como elementos de identidade e referência. Aloísio Magalhães afirmou ser necessário compreender a coletividade em seu processo histórico, de modo a reconhecer os fazeres da comunidade que resultaram na construção dos bens culturais, empenhando-se em revitalizar tais saberes – os quais podem promover riqueza e auxiliar na resolução de problemas. Diante dessas reflexões, ele enfatiza o uso dos produtos culturais, evidenciando a constante apropriação e reapropriação do patrimônio.<sup>14</sup>

Desse modo, a principal ferramenta da preservação passou a ser o planejamento, isto é, partindo do estudo e diagnóstico dos problemas e necessidades, eram propostas as possibilidades de desenvolvimento e transformação urbana. A função do governo, dos órgãos de tutela e das instâncias locais adquiriu um caráter mais incisivo, abarcando o plano de organização econômico, urbano e arquitetônico da cidade. A delimitação do objeto a ser conservado foi abrangida ao se estender a todo o espaço urbano e paisagístico, sem ignorar as demandas de conforto e progresso da sociedade. Os ambientes monumentais exigem, então, cuidados e atenção especiais para que se assegure sua integridade, valorização e uso social.<sup>15</sup>

A conservação deve ser entendida agora como conservação integrada, tanto na visão dos valores da própria cidade quanto na diversidade e multiplicidade dos instrumentos e agentes. Nessa nova orientação, consolidada no final dos anos [1980] em encontros nacionais e internacionais, fundamental importância adquire a comunidade local. Uma vez que ela é o principal guardião de seu patrimônio. Assim transparece nos discursos a urgente necessidade de criação de mecanismos que efetivem esta participação. Com essas novas diretrizes, o poder local deve atuar mais ativamente na conservação da cidade; na verdade, a ele é atribuído o dever de conduzir e assegurar sua salvaguarda. Ao lado dos organismos oficiais devem também atuar as forças da comunidade de modo a garantir a gestão democrática da cidade.<sup>16</sup>

Rafael Winter Ribeiro traz reflexões a respeito do conceito de paisagem cultural. Essa categoria tem como traço principal a ocorrência, em uma determinada área geográfica, de um particular convívio entre a natureza, os ambientes construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, que acontecem por

14 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). “Aloísio Magalhães, o nome que inovou as políticas de patrimônio”. *IPHAN*, Brasília, DF, 16 ago. 2015. Disponível em: «<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3216>». Acesso em: 29 maio 2023; MOTTA, L. *Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural 1975 a 1990*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 67-73.

15 MENICONI, R. O. M. *A construção de uma cidade-monumento: o caso de Ouro Preto*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

16 Ibidem, p. 136.



meio de uma vinculação complementar, de modo que se atinge uma identidade que não pode ser alcançada pelos elementos de forma isolada. Assim, vale dizer que essa nova abordagem, que passou a entender os bens culturais enquanto conjuntos, destacava a relação entre o homem e o ambiente e, por conseguinte, os vestígios deixados por essa interação. Logo, houve certa mudança no olhar para as cidades coloniais mineiras e, com isso, Ouro Preto, que havia sido inscrita no Livro de Belas Artes, em 1938, passou a ser também inscrita, em 1986, no Livro Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.<sup>17</sup>

Segundo Ribeiro,<sup>18</sup>

a paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, lócus de interação entre a materialidade e as representações simbólicas.

**Imagem 1** Alberto da Veiga Guignard, *Paisagem imaginária de Minas* (1947)



**Fonte** Coleção Museu da Inconfidência, em comodato no Museu Casa Guignard, Ouro Preto.

<sup>17</sup> RIBEIRO, R. W. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 9.

Em artigo no *Jornal do Brasil*, Afonso Franco<sup>19</sup> afirmou:

Sucessivamente Arraial, Vila, Cidade Imperial, Capital Republicana, Monumento Nacional e, agora, Monumento Mundial, Ouro Preto, representa a vitória do engenho contra o meio geográfico, bem como a criatividade do espírito dominando as resistências e limitações do meio social.

O engenho venceu os acidentes topográficos da cidade, reunindo-os em perspectivas e monumentos, vitalmente coordenados numa espécie de justiça distributiva da beleza, que é o segredo do seu encanto. [...]

Neste terreno, nada do Brasil se compara a Ouro Preto, e, pode-se mesmo dizer que, concentrada a visão no período da civilização ocidental em que ela se insere, nenhuma cidade do mundo oferece valores tão representativos da criatividade cultural da época, tomada indistintamente no seu conjunto de artes plásticas, poesias, música, urbanismo e ideias políticas.

Portanto, Ouro Preto foi devidamente reconhecida como Monumento Mundial, haja vista seu inestimável valor histórico e artístico, cuja projeção se avança para além dos limites nacionais. No entanto, ao dar esse novo passo, a cidade é forçada a encarar os diversos desafios que se colocam à salvaguarda de seu patrimônio.

### **Desafios ao patrimônio de Ouro Preto**

Carlos Drummond de Andrade faz uma interessante provocação ao saber do recebimento do título mundial.<sup>20</sup> Com uma dose de ironia, e tendo em mente o precário estado de conservação do conjunto histórico, o autor reflete se os problemas que atingem Ouro Preto têm sido tratados com a devida seriedade. Nesse sentido, ele questiona se a perpetuação dos processos de descaracterização e degradação, com a consequente transformação em ruínas, também levaria a algum tipo de consagração de sua memória. Talvez possamos ainda interpretar a fala de Drummond como uma possível referência à tendência comum dos homens em valorizar as coisas quando já estamos a ponto de perdê-las.

O título e a realidade:

Ouro Preto, monumento nacional sacrificado pela poluição de uma fábrica de alumínio, torna-se Monumento Mundial, por iniciativa da UNESCO.

A continuar o atual estado de coisas, quando a cidade for memória de uma ruína, será declarada monumento interplanetário.<sup>21</sup>

19 FRANCO, A. A. M. “Saudação a Ouro Preto”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 jul. 1980. Opinião, p. II.

20 ANDRADE, C. D. “O título e a realidade”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 set. 1980. Caderno B, p. 7.

21 Ibidem, loc. cit.

Para analisar os principais desafios colocados à preservação de Ouro Preto foram analisados os relatórios acerca do estado de conservação<sup>22</sup> disponibilizados pela UNESCO referente aos anos de 1990, 1993, 2003 e 2004, e, também, reportagens contidas no *Jornal do Brasil* e *Jornal de Ouro Preto* entre 1980 e início dos anos 2000. Logo, podemos elencar os principais desafios à preservação de Ouro Preto no decurso desse tempo:

- Turismo predatório;
- Desfiguração/descharacterização paisagística e arquitetônica;
- Depredações ao patrimônio;
- Ameaça à proteção do sítio arqueológico Morro da Queimada;
- Ameaças de fenômenos geológicos/áreas de instabilidade geológica; (deslizamentos de terra, necessidade de reforço das encostas);
- Risco de incêndios;
- Falso histórico/falsificação do barroco (modificações dos espaços internos, substituição de materiais e dos sistemas construtivos);
- Infraestrutura urbana insuficiente (escoamento, captação e distribuição de água, destinação de resíduos sólidos, sistema elétrico, rede de esgoto, áreas verdes);
- Trânsito pesado na zona do núcleo histórico;
- Ocupação desordenada dos morros circundantes (expansão das áreas periféricas, aumento da população e do número de construções);
- Poluição atmosférica e corrosão dos monumentos;
- Obras irregulares, acúmulo de processos judiciais, ausência/não aplicação das normas legais, fiscalização insuficiente;
- Urgência de implementação do Plano Diretor e delimitação da zona central e zona de amortecimento;
- Desaparelhamento das autoridades responsáveis pela preservação e gestão da cidade;
- Pouca participação/envolvimento da comunidade local.

Apesar da difícil situação, o reconhecimento de Ouro Preto como Monumento Mundial gerou certa esperança por parte das autoridades e da comunidade uma vez que, a partir daquele momento, a cidade fosse dotada de mais recursos e atenção para que as obras e as ações necessárias pudessem ser executadas. Assim, a reportagem de

22 UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). “Historic Town of Ouro Preto”. *UNESCO*, Paris, 30 Dec. 2009. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/124/documents/>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

Maurílio Torres, “Como Monumento Mundial, Ouro Preto pode ser salva das ruínas”,<sup>23</sup> explicita o cenário:

Desde que um país aceite que um dos seus bens culturais seja declarado de interesse universal, ele implicitamente estará *se comprometendo, perante a comunidade mundial*, a zelar por todos os meios por esse bem”, explica o Diretor Regional do SPHAN, sr. Roberto Lacerda. De acordo com ele, tendo declarado Ouro Preto Cidade Monumento Mundial, *a UNESCO poderá cobrar e pressionar as autoridades brasileiras* para que os complexos problemas que ameaçam Ouro Preto – *das ameaças dos fenômenos geológicos à desfiguração paisagística e arquitetônica, passando por ameaças, como incêndios e depredações de toda ordem* – sejam atacados e resolvidos. [...]

Problemas de infraestrutura são também invocados pelo secretário municipal de Obras, sr. Sérgio Queirós, que vê a próxima *elevação da cidade a Monumento Mundial como a possibilidade de evitar uma das maiores causas da desfiguração arquitetônica da ex-Vila Rica: a falta de recursos*. A restauração de um casarão em Ouro Preto sai caríssima pois são construções sofisticadas, com estruturas de madeira. O resultado é que a maior parte dos proprietários prefere *demolir as casas e refazê-las em concreto armado, do que decorre a verdadeira falsificação do Barroco* por que o conjunto da cidade vem passando.

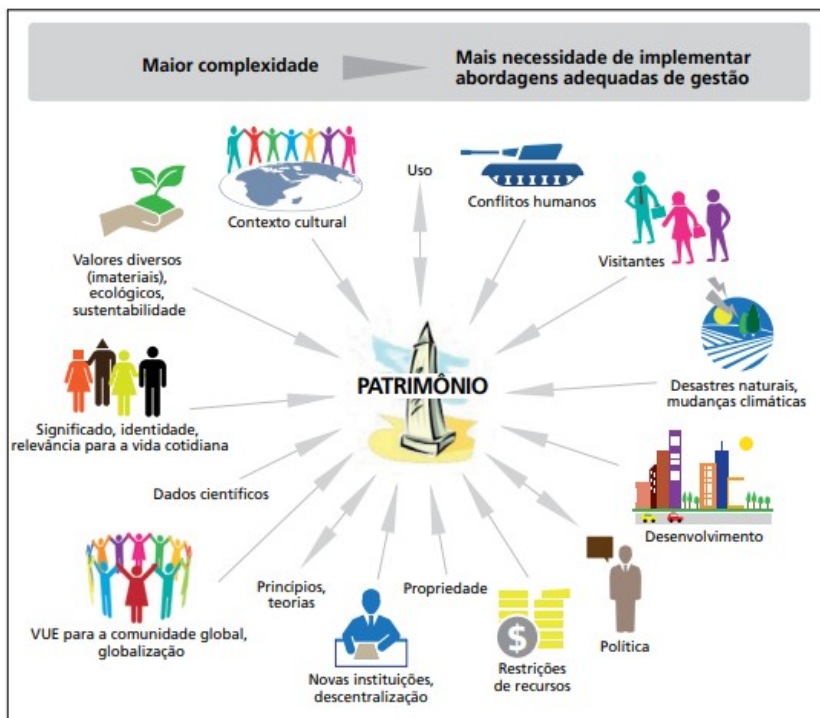
De acordo com o secretário de Obras, agora que a cidade iniciará obras de restauração de sua rede de esgotos, *o recebimento desse título – que ocorre pela primeira vez na história do país – facilitará a ele os meios de conseguir recursos federais para outras obras urgentes de infraestrutura urbana*, como a construção de um novo sistema de captação e de distribuição de água. [...]

Lembra o coordenador do Centro Nacional de Referência Cultural, órgão do MEC [Ministério da Educação], sr. Luís Felipe Perret Serpa, que o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procura agora *levar as comunidades a assumir a maior parte da conservação dos monumentos e conjuntos arquitetônicos tombados, em todo o país, em vez de esperar que o órgão execute a impossível tarefa de preservar tudo o que existe no país, de interesse histórico e artístico, de maneira paternalística e irrealista*.<sup>24</sup>

A gestão dos bens culturais mobiliza cada vez mais questões, de modo que antigos problemas se unem a novos desafios devido à interlocução do patrimônio com os diversos aspectos da sociedade. Além disso, a elevação de um sítio a Monumento Mundial traz outras interferências à dinâmica local, o que complexifica as relações, conforme é exemplificado pelo diagrama a seguir.

23 TORRES, M. “Como Monumento Mundial, Ouro Preto pode ser salva das ruínas”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1980. Caderno B, p. 10.

24 Ibidem, loc. cit., grifos nossos.

**Imagem 2** Novas questões colocadas à salvaguarda do patrimônio

**Fonte** ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO); INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Gestão do Patrimônio Mundial cultural. Brasília, DF: UNESCO; IPHAN, 2016. p. 18. (Manual de Referência do Patrimônio Mundial).

Os relatórios do estado de conservação de Ouro Preto indicam os problemas e as dificuldades que precisam ser solucionados. O documento referente ao ano de 1990 destaca o aumento populacional como uma das principais questões, posto a necessidade de uma maior atenção aos sistemas de uso e ocupação do solo devido às peculiares características topográficas da região. Por conseguinte, é fundamental a renovação e ampliação das redes de infraestrutura urbana a fim de adequar o município às novas demandas do status de Patrimônio Mundial. Assim, por mais que reconheça a realização de trabalhos de preservação em determinadas edificações, o relatório afirma a primordialidade de um plano de conservação abrangente.<sup>25</sup> O relatório de 1993 aponta os transtornos decorridos da intensificação do turismo e suas consequências na dinâmica local.<sup>26</sup>

<sup>25</sup> UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). “State of conservation report of Ouro Preto (1990)”. *UNESCO*, Paris, 21 Mar. 2018. Disponível em: «<http://whc.unesco.org/en/soc/1614>». Acesso em: 27 jul. 2022.

<sup>26</sup> Ibidem.

Posteriormente, no diagnóstico de 2003, enfatiza-se a ausência de implantação do Plano Diretor e é citado o Seminário Estatuto da Cidade e Patrimônio Cultural Urbano, que aconteceu em 2002. As repercussões desse evento culminaram na elaboração do texto *Moção por providências urgentes para a preservação de Ouro Preto*, no qual fica ressaltada a urgência de articulação para o planejamento de ações em prol da conservação integrada do sítio histórico.

Ouro Preto tem atingido *níveis inaceitáveis*, não apenas para uma cidade de excepcional valor cultural, mas se considerados os requisitos de qualidade de vida urbana a que toda cidade tem direito. Entre esses problemas[, destacam-se]:

- a ocupação desordenada das encostas, áreas de instabilidade geológica, áreas verdes, sítios arqueológicos e espaços públicos, ameaçando comprometer irreversivelmente a imagem urbana e oferecendo riscos à população;
- a infraestrutura de serviços urbanos precária, destacando as condições saneamento e de circulação de tráfego, ambos causadores de sérios danos ao sítio tombado, à conservação das edificações e à qualidade de vida da população;
- o grande número de obras irregulares e mais de uma centena de processos judiciais sem resultado efetivo.

Este quadro reflete, primordialmente, a *incapacidade do poder público* de garantir a preservação da cidade, de buscar soluções, adesão de parceiros e da própria comunidade para reverter uma situação tão complexa e continuamente agravada. De um lado, pela *inexistência de aparelhamento municipal* para o controle urbano e a preservação, pela ausência e, até mesmo, pela *falta de aplicação das poucas normas* legais disponíveis no âmbito municipal, pelo *retrocesso das iniciativas* de uma ação compartilhada com o IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional] e pela *falta de participação da comunidade* local na gestão urbana. De outro, é preocupante a *precariedade das condições de trabalho do IPHAN*, incompatíveis com a dimensão das suas atribuições em Ouro Preto.<sup>27</sup>

O relatório de 2003 aborda também outro acontecimento de grande impacto: o incêndio no Hotel Pilão, que ocorreu dois dias após a finalização da missão do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) enviada para aquele ano. O sinistro no casarão do século XVIII, localizado em área central do núcleo histórico, deixou evidente a necessidade de um plano de gerenciamento de riscos e adicionou mais uma preocupação à lista de problemáticas levantadas pelo Icomos, conforme demonstram os itens 2 a 4 do relatório de 2003:

27 *MOÇÃO por providências urgentes para a preservação de Ouro Preto*. Olinda, 2 ago. 2002. Anexo disponível em: SILVA, P. R. *A postura da municipalidade na preservação do patrimônio cultural urbano*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006. Grifos nossos.

2. Expressa preocupação pelos danos causados pelo incêndio de 15 de abril de 2003, que destruiu um edifício do século XVIII no centro histórico de Ouro Preto;
3. Exorta o Estado Parte a tomar medidas de preparação para riscos e a incluí-las no plano de gestão da propriedade;
4. Insta o Estado Parte a definir uma zona central e uma zona de amortecimento para a área indicada até 15 de outubro de 2003 e a finalizar o plano de gestão revisado [...].<sup>28</sup>

Na avaliação referente ao ano de 2004, o IPHAN informa sobre os trabalhos realizados em torno da delimitação das zonas centrais de proteção e de amortecimento, conforme dispõe o Plano Diretor de 1996, em processo de revisão e atualização, assim como de adequação ao Estatuto da Cidade. Contudo, o Icomos aponta a necessidade de maior atenção à salvaguarda da região que abriga o sítio arqueológico, isto é, o Morro da Queimada.<sup>29</sup>

As fortes chuvas, acompanhadas da ocupação desordenada, também aprofundam a ameaça da ocorrência de desabamentos e deslizamentos de terra. Em 1979, 1989, 1991 e 1992, a cidade sofreu repetidamente com os problemas das chuvas torrenciais nos períodos de dezembro a fevereiro, levando tanto ao ferimento de pessoas quanto à destruição de construções. Ainda, diversos monumentos foram atingidos e danificados, como as igrejas do Carmo, do Rosário e das Mercês e a Casa da Baronesa. Desse modo, um estudo foi feito para identificar as principais zonas de instabilidade geológica, percebendo-se que diversas edificações históricas estão localizadas em áreas de risco. Logo, tendo em vista o grave cenário causado pelo descumprimento das orientações da Carta Geotécnica, fica evidente a urgência na interdição do uso e ocupação de determinados locais, assim como o reforço para contenção das encostas. Vale acrescentar que essa questão tem relação com o aumento populacional, registrado desde a década de 1970. Esse fato se deve ao esgotamento das opções de moradia no centro histórico, fazendo com que a população buscasse habitação nos morros circundantes. Por conseguinte, temos o levantamento de construções clandestinas e a supressão da vegetação, potencializando riscos e alterando a paisagem.<sup>30</sup>

28 “2. Expresses concern for the damage caused by the 15 April 2003 fire, which destroyed an 18th century building in the historical centre of Ouro Preto; 3. Urges the State Party to take risk-preparedness measures and to include them in the management plan of the property; 4. Urges the State Party to define a core zone and a buffer zone for the nominated area by 15 October 2003 and to finalize the revised management plan [...]”. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). “State of Conservation Report of Ouro Preto (2003)”. UNESCO, Paris, 15 abr. 2003. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/soc/2779>>. Acesso em: 27 jul. de 2022. Tradução nossa.

29 Idem, “State of Conservation Report of Ouro Preto (2004)”. UNESCO, Paris, [20--]. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/soc/1504>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

30 “CHUVA danifica prédio tombado em Ouro Preto”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 fev. 1992. 1º Caderno, p. 5; “CHUVAS isolam Ouro Preto por 12 horas e danificam igrejas”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1991. 1º Caderno, p. 14; “DESABAMENTOS atingem igreja em Ouro Preto”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 fev. 1992. 1º Caderno, p. 3; MAGALHÃES, E. “Contra a favelização: Ouro Preto já tem 40 mil pessoas que

A corrosão dos monumentos em pedra-sabão, ocasionada pela poluição atmosférica da fábrica de alumínio Alcan, tornou-se parte dos estudos do projeto IDEAS (Investigations into Devices against Environmental Attack on Stones). Tal pesquisa foi desenvolvida por meio de parceria entre brasileiros e alemães e teve sua atenção direcionada para a situação das obras de Aleijadinho em Minas Gerais. A combinação entre agentes poluentes, baixa temperatura, alta umidade do ar e deformidades da própria pedra foram apontados como a causa da degradação. Os pesquisadores enfatizam a necessidade de limpeza periódica a fim de reduzir danos e preservar os monumentos.<sup>31</sup>

A questão do tráfego de veículos pesados no núcleo histórico é grave a ponto de gerar efeitos diretos nas edificações. Verificou-se que o Museu da Inconfidência estaria cedendo alguns centímetros por ano em decorrência de tal impacto. Com a precária fiscalização, as obras irregulares só são percebidas quando já estão muito adiantadas, os processos se acumulam e a sensação de impunidade sobressai. Nem o chafariz da igreja do Pilar conseguiu escapar do caos e chegou a ser atingido e quebrado em diversas partes por um caminhão que perdeu o controle ao descer uma das estreitas ladeiras da cidade em dias chuvosos.<sup>32</sup>

A conjuntura de recorrentes problemas em Ouro Preto foi chamada por Benedito de Oliveira como “a destruição pelas bordas”. Benedito explicita que o crescimento desordenado vem aumentando nas zonas de risco, com consequências tanto na piora da qualidade de vida da população quanto na descaracterização da paisagem histórica. Tal processo sistemático e permanente acontece também no interior das edificações tradicionais, que sofrem com alterações em seus espaços internos, assim como substituições de materiais e sistemas construtivos. A negligência quanto às legislações e orientações técnicas torna o contexto ainda mais difícil. Tem-se também o desaparecimento das instituições responsáveis, a não capacitação da administração pública municipal e a ausência de reforço institucional do IPHAN – o que implica em

vivem em 10 morros”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1992. 1º Caderno, p. 15; TORRES, M. “Igrejas de Ouro Preto correm perigo: chuvas e ocupação errada de encostas ameaçam monumentos”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 jan. 1991. 1º Caderno, p. 7.

31 “ALCAN diz que poluição só acaba se ela parar”. *Jornal de Ouro Preto*, Ouro Preto, MG, 1982. p. 7; “AMEAÇA química”. *Jornal de Ouro Preto*, Ouro Preto, MG, p. 6, 1982; NICOLAU, R. “Estudo protege patrimônio mundial: projeto IDEAS diagnostica problemas em profetas de Aleijadinho e igrejas mineiras”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1994. Ciência, p. 15.

32 “CAMINHÃO destrói monumento histórico: Chafariz do Pilar foi construída no século 18, em Ouro Preto”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 nov. 2002. O País/Política, p. A5; GARDA, C. “Ouro Preto na mira da UNESCO: trânsito intenso e construções irregulares ameaçam título de Patrimônio Cultural da Humanidade”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 nov. 2002. O País/Política, p. A5; MAZZINI, L. “O preço da preservação: prefeitura de Ouro Preto proíbe tráfego de veículos pesados no centro histórico: multa será de R\$ 128”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 jan. 2003. O País/Política, p. A4.



uma estrutura insuficiente para a fiscalização e uma atuação restrita a intervenções pontuais. Logo, Benedito afirma: “O IPHAN não faz um trabalho de preservação na cidade, mas [...] apenas, um trabalho de resistência à sua destruição”; e esclarece que,

em Ouro Preto, a Carta Geotécnica e o Plano Diretor de 1996 não vêm sendo considerados nas ocupações urbanas. Na cidade não existem o Código de Edificações e Obras, a Lei de Uso e Ocupação do Solo nem um sistema eficiente de prevenção e combate a incêndios.

Ouro Preto encontra-se, portanto, em um processo acelerado e progressivo de deterioração de natureza quase irreversível. Um plano para a recuperação ambiental, paisagística e arquitetônica de Ouro Preto envolve *iniciativas amplas e diversificadas*, contemplando ainda ações nas áreas de pesquisa histórica e arqueológica, *manutenção preventiva* do patrimônio edificado e *educação patrimonial e ambiental*.

A tarefa de conservação do patrimônio cultural e ambiental da cidade é gigantesca e pode gerar postos de trabalho permanentes no município, contribuindo também para o aumento do turismo e para a dinamização da economia regional. Só uma *ação conjunta* entre os governos municipal, estadual e federal pode retirar Ouro Preto da rota de expansão desordenada e autodestrutiva e colocá-la no caminho do desenvolvimento e da preservação autossustentável.<sup>33</sup>

### O incêndio no Hotel Pilão e suas repercussões

Dois dias após a missão da UNESCO em Ouro Preto, em 14 de abril de 2003, o casarão onde se localiza o Hotel Pilão sofreu um grande incêndio. O caso é emblemático uma vez que a edificação ficava na praça Tiradentes, ponto central do núcleo histórico e principal área turística da cidade. Conforme as investigações, o fogo teria se iniciado no segundo andar e se propagou com facilidade em decorrência da estrutura em pau-a-pique e dos assoalhos de madeira – materiais muito inflamáveis. Em pouco tempo, o telhado despençou e as paredes começaram a se decompor. As chamas duraram aproximadamente uma hora e a rede de hidrantes foi insuficiente (não abastecidos ou com baixa vazão e pressão), tendo sido fundamental o suporte de carros-pipa de empresas privadas, assim como o reforço dos bombeiros de Belo Horizonte e Itabirito. Além do caminhão dos bombeiros de Ouro Preto serem lentos e muito grandes para as ruas estreitas, a sede do batalhão estava localizada distante do casarão, em Pilar, bairro de Ouro Preto, o que atrasou sua chegada ao local. Ainda, como os hidrantes da praça não tinham água, a corporação precisou buscá-la na rodoviária, fazendo uma baldeação que levava cerca de vinte minutos. Outros edifícios

33 OLIVEIRA, B. T. “Ouro Preto, a destruição pelas bordas”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 abr. 2003. Outras Opiniões, p. A14, grifos nossos.

ao redor também foram atingidos pelo calor do fogo, manifestando a ocorrência de pequenos focos de incêndio. A população comovida com a situação lotou a praça para acompanhar o esforço dos bombeiros e o clarão das chamas foi tamanho que podia ser visto do município de Mariana. A preocupação central era evitar que o incêndio se propagasse para as edificações no entorno, por isso foi usada a técnica de “proteção” para preservar a vizinhança, uma vez identificado que já não era mais possível salvar o hotel e o melhor a ser feito seria o isolamento com a própria água para impedir a proliferação do fogo. As primeiras suspeitas relacionam a causa a um curto-circuito. O local já não era mais utilizado como pousada e abrigava uma joalheria, loja de eletrodomésticos, farmácia e *cybercafé*.<sup>34</sup>

**Imagem 3** Incêndio no Hotel Pilão (2003)



**Fotos** Ronald Peret (cedidas pelo fotógrafo).

34 “FOGO destrói prédio secular: casarão de 300 anos desaba em Ouro Preto”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 abr. 2003. O País/Política, p. A4; GAGLIARDI, I. “FIEMG: parte i: história do incêndio do ‘antigo Hotel Pilão’”. *Ilumine o Projeto*, [s. n.], 20 dez. 2020; “INCÊNDIO atinge construções dos séculos 17 e 18 em Ouro Preto”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 abr. 2003; NEVES, W. “Um incêndio que manchou a história de Ouro Preto”. *Lamparina*, Ouro Preto, 23 ago. 2021.

O Ministério Público abriu inquérito para investigar se o incêndio pode ter sido criminoso, posto que o casarão havia sido comprado no ano anterior por um empresário com um seguro de R\$1 milhão, e também para averiguar as responsabilidades do governo estadual e municipal. Desde fevereiro, já se apuravam as precárias condições de trabalho do Corpo de Bombeiros em Ouro Preto, que atuava com apenas dois caminhões e hidrantes fora de funcionamento adequado.<sup>35</sup>

A destruição do casarão gerou uma grande lacuna no espaço uma vez que, no lugar do imponente prédio que compunha harmoniosamente a paisagem, passou a predominar apenas um vazio. O incômodo e descontentamento foi notadamente expresso pela população, que, sensibilizada, ocupou a praça em protesto a mais uma perda de seu patrimônio histórico.<sup>36</sup>

**Imagem 4** Dia seguinte ao incêndio no Hotel Pilão



**Foto** Ronald Peret (cedidas pelo fotógrafo).

- 35 MAZZINI, L. “Ministério Público investiga incêndio em Ouro Preto: Polícia Federal vai apurar se fogo que destruiu casarão secular foi criminoso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 abr. 2003. O País/Política, p. A4.
- 36 MADUREIRA, M. “Centros coloniais, patrimônio histórico e autenticidade: análise da reconstrução do casarão do Hotel Pilão: Ouro Preto, MG. *Revista Eletrônica de Turismo Cultural*, v. 4, n. 1, p. 23-38, 1. sem. 2010.

No *Jornal do Brasil*, alguns leitores comentaram a respeito do caso do Hotel Pilão. Eles expressaram sua preocupação ao reconhecer que a cidade vive sob o permanente risco de incêndios e se revoltaram diante da débil estrutura de prevenção e combate. Ouro Preto é tida como uma cidade que “vive do passado, desatenta ao presente e ameaçada pelo fogo”.<sup>37</sup> As principais queixas se voltaram para o fato de que as autoridades governamentais muito falam e pouco fazem para efetivamente defender o patrimônio. A vulnerabilidade latente é facilmente percebida pela população leiga, que observa as edificações coloniais operando com fiações elétricas tão precárias. Daí a indignação quanto à falta de ação dos setores responsáveis para a resolução dos problemas e à ausência da aplicação de um plano de conservação abrangente. Em outro depoimento, um leitor diz: “Parece que a especialidade deste país é colocar trancas em portas arrombadas”.<sup>38</sup>

O processo de formação da Vila Rica é, em si mesmo, marcado por um histórico de incêndios. Em 1720, um incêndio foi provocado pelo conde de Assumar em retaliação à participação de Pascoal da Silva Guimarães na rebelião organizada por Felipe dos Santos, ordenando-se colocar fogo nas residências quem eram propriedades de Pascoal – tal fato deu nome ao local, que ficou conhecido como Morro da Queimada. Pode-se citar alguns outros casos: o incêndio que atingiu diversas casas em Pilar (século XVIII); a destruição de casarão na esquina da rua conde de Bobadela (1913); o fogo no prédio que abrigava o Fórum (1949); o sinistro em edificação na rua São José (1977); e o princípio de incêndio no Teatro Municipal (1980).<sup>39</sup>

Myriam Bahia Lopes traz interessantes reflexões ao relacionar o caso do Hotel Pilão com o sinistro ocorrido na igreja do Carmo, em Mariana, em 1999. Myriam Bahia problematiza o acúmulo de perdas históricas o atrelando à dificuldade em admitir tanto a existência do risco quanto em reconhecer a necessidade da ação humana para a elaboração e aplicação de uma política de prevenção e combate. Ela questiona também a frágil relação da sociedade com o tempo, que permite esquecer tão facilmente certas tragédias, colocando-as na prateleira da fatalidade, do acontecimento isolado e sem responsáveis. Nesse sentido, a autora faz um apontamento fundamental: “A prevenção pressupõe um cálculo: a de que os investimentos feitos no presente impedirão que

37 “OURO Preto: linha de fogo”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 abr. 2003. Opinião, p. A16.

38 MACHADO, R. M. “Cartas ao editor”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 abr. 2003. Opinião, p. A18.

39 SILVINO, M. S.; FERREIRA, T. S. Ouro Preto em Chamas: a história registra o trauma dos incêndios no Fórum (1949) e na rua São José (1977). IV *Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação*, Belo Horizonte, 2015; TORRES, M. “Um incêndio quase provoca a última cena do Teatro Municipal de Ouro Preto”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 abr. 1980. Caderno B, p. 10.

perdas maiores aconteçam no futuro”.<sup>40</sup> Assim, ela enfatiza a importância de uma gestão efetivamente atuante no presente para que as ações de salvaguarda e gerenciamento de risco sejam capazes de evitar maiores danos ao patrimônio.

O que é necessário para se prevenir que a marca dos séculos materializada na edificação e no que a faz viva se transformem em silêncio, em desolação e em cinzas? [...]

Como quantificar e qualificar a destruição de um casarão do século XVIII no coração de Ouro Preto? O passado nos transmite um valor como herança que se materializa nas edificações, na memória em ação, na história que se escreve com gestos e [se] povoa com sons, cores e todos os sentidos [do] espaço, mantendo viva as cidades históricas.

O fogo é implacável e, com certeza, ele continuará reduzindo a cinza o tesouro do qual deveríamos ser zelosos guardiões. É esse o futuro que desejamos para as nossas cidades? O obscurantismo e a inércia apostam no destino. Quantos incêndios ainda serão necessários para que [as] autoridades e a população acordem desse fatalismo que atravessa séculos?

Feridas que se abrem no presente no fogo que consome [o] presente, [o] passado e [o] futuro. O futuro do passado jamais será. A memória do trauma é condição para a mudança, para pensarmos a urgência de uma cultura da prevenção como condição digna de existência coletiva.<sup>41</sup>

Logo, tendo em vista a dimensão do ocorrido no Hotel Pilão e o espaço que ele ocupava na ambiência da praça Tiradentes, diversos pontos sobre o debate de sua reconstrução foram levantados por Benedito Tadeu de Oliveira, em prefácio ao livro *Hotel Pilão: um incêndio no coração de Ouro Preto*, de Anna Grammont:

- complexidade de uma intervenção em um espaço urbano fortemente caracterizado pela harmonia de seu conjunto arquitetônico;
- caracterização da intervenção como reintegração de uma grande lacuna urbana da Praça Tiradentes, causada pela destruição do antigo Hotel Pilão;
- dificuldades para se organizar um concurso público para a escolha de técnicos com sólidas formações teórica e prática no assunto para a elaboração de um projeto de intervenção em uma propriedade privada;
- sentimento de que a grande maioria da população de Ouro Preto aprovaria uma reconstrução no local.”<sup>42</sup>

O Hotel Pilão foi reconstruído com financiamento da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e transformado em um centro cultural e de

40 LOPES, M. B. “Incêndio em Ouro Preto: o presente se consome como a chama”. *Vitruvius*, São Paulo, 3 maio 2003.

41 Ibidem.

42 DE GRAMMONT, A. M. *Hotel Pilão: um incêndio no coração de Ouro Preto*. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2006. p. 18 apud BUENO, F. et al. “O caso do antigo Hotel Pilão em Ouro Preto: uma análise sobre a problemática da reconstrução”. *Anais do I Simpósio Científico Icomos Brasil*, Belo Horizonte, 2017. p. 7-8.



atendimento ao turista. Tal escolha reflete o momento de intensificação da atividade turística na cidade, por isso é preciso ponderar o risco da “cenarização” e reconstituição para fins meramente mercadológicos. Pode-se compreender que a restauração foi feita com base nos princípios de Cesare Brandi, apresentados em sua teoria sobre a reprodução sem falso histórico e artístico e sobre o preenchimento de lacunas uma vez que o casarão é uma obra de arte em si é o próprio conjunto paisagístico. O arquiteto encarregado para o projeto e para a execução da obra foi Fernando de Oliveira Graça. Segundo ele, sua concepção se pautou na relação entre o passado e o contemporâneo, de modo que foi feita a reconstrução exata do original na parte externa (fachada) a fim de manter a harmonia com a praça, enquanto no interior foram feitas intervenções para se adequar às novas necessidades de funcionalidade, utilizando estruturas metálicas e de vidro. Logo, seguindo essa lógica, não há um falso histórico posto que na área interna são evidenciadas as partes antigas e preservadas da edificação, sendo possível notar o contraste com os demais elementos modernos inseridos posteriormente. Diante disso, a restauração do casarão também respeitou o artigo 6º da *Carta de Veneza*, que trata da preservação da ambiência em sua escala e afirma que a intervenção não pode alterar as relações de volume e de cores. As polêmicas sobre as escolhas em torno desse restauro não foram suficientes para aliviar a conjuntura de descrédito perante a UNESCO, mas, pelo menos, amenizaram a sensação de perda e atendeu aos olhares que buscam identificação individual e coletiva na paisagem, trazendo certa satisfação estética.<sup>43</sup>

Em maio de 2003, um mês após o incêndio do Hotel Pilão, realizou-se uma audiência pública para debater a preservação do patrimônio histórico de Ouro Preto e contou a presença de autoridades do âmbito federal, estadual e municipal, assim como de associações e representações locais. A discussão aponta uma grande preocupação em resgatar e garantir o valor desse patrimônio para a humanidade haja vista o receio de um possível estremecimento de sua imagem nacional e internacional. Além disso, busca-se fazer da experiência de Ouro Preto um exemplo para os demais patrimônios do Brasil. Assim, é apontado que as principais ameaças estão em torno do descaso do poder público, da ausência de fiscalização e da falta de consciência da população. Outra questão fundamental é a necessidade de compreensão do patrimônio cultural dentro da dimensão do desenvolvimento urbano, de modo que o isolamento da prefeitura municipal e falta de diálogo institucional com os diversos setores da sociedade apenas prejudica e aprofunda os problemas. Logo, o simbólico incêndio no Hotel Pilão serviu

43 MADUREIRA, M. “Centros coloniais, patrimônio histórico e autenticidade: análise da reconstrução do casarão do Hotel Pilão: Ouro Preto, MG. *Revista Eletrônica de Turismo Cultural*, v. 4, n. 1, p. 23-38, 1. sem. 2010; MARTIN, M. M. S. “Hotel Pilão, Ouro Preto: entre o falso histórico e a contemporaneidade”. *Anais do III Seminário Projetar*, Porto Alegre, 2007.

como uma espécie de “choque de realidade” diante da séria situação que a cidade enfrentava. A partir daí, foi impulsionada uma forte mobilização entre as lideranças políticas e a comunidade em defesa do patrimônio uma vez que o episódio traumático do incêndio foi abraçado pela população brasileira em uma rede de solidariedade, dando ao acontecimento maior dimensão política e responsabilidade na busca por soluções.

PROF. OCTÁVIO ELÍSIO ALVES DE BRITO

Este é o momento de assumirmos tudo isso e pensarmos para frente, o que significa que não é possível entender que esse incêndio na praça Tiradentes de Ouro Preto, num casarão emblemático, não nos sirva de lição. Não é possível que não pensemos, a partir desse fato, nossa política de patrimônio, de desenvolvimento urbano, nossa gestão urbana, nossas leis, nossas normas, nossas diretrizes e, acima de tudo, nossos compromissos políticos.

Tirar lição do incêndio do casarão da Praça Tiradentes de Ouro Preto é fundamental para o esforço de conscientização e prevenção contra o fogo em sítios históricos. Mais do que um Corpo de Bombeiros equipado, mais do que hidrante funcionando, é fundamental prevenir o fogo. O Corpo de Bombeiros e o hidrante apagam o fogo, política de prevenção de incêndio em sítio histórico previne contra o fogo.

Estamos diante de um problema, e quero trazer os avanços que temos a partir do incêndio que houve na praça Tiradentes. Qual é o objetivo? Buscar soluções técnicas, implementar medidas políticas, legislativas e administrativas que evitem sua repetição. Há necessidade de ação preventiva. Em segundo lugar, é absolutamente necessária a conscientização da população. É fundamental que haja esforço de solidariedade e, acima de tudo, que façamos da lição de Ouro Preto, do reflexo sobre ela e das políticas públicas delas surgidas atividade de prevenção que vá além da cidade de Ouro Preto, que vá a todos os sítios históricos de Minas Gerais e do Brasil.

Tivemos na semana anterior ao incêndio, entre 9 e 12 de abril, a visita de técnico do Icomos, que foi a Ouro Preto, numa missão da UNESCO, com o objetivo de analisar os impactos sobre o patrimônio tombado naquela cidade. Esse técnico, a quem fiz referência a prefeita, evidentemente, teve da cidade a melhor impressão. Ninguém chega a Ouro Preto e não fica deslumbrado com o patrimônio edificado. Mas nenhum técnico responsável chega a Ouro Preto e não vê que esse patrimônio está ameaçado. Isso certamente o dr. Esteban Prieto, que esteve em Ouro Preto, viu, sentiu e colocará no seu relatório.<sup>44</sup>

Após tais reflexões que explicitam a urgência na consolidação de políticas públicas de prevenção a incêndios, o prof. Octávio Elísio Alves de Brito apresenta as principais ações que começaram a ser executadas pelo grupo-tarefa. Como medida emergencial está a realização de vistorias, coordenadas pelo Corpo de Bombeiros, a fim de identificar

44 OURO PRETO. Câmara Municipal. *Audiência Pública nº 523/2003*. Ouro Preto: Câmara Municipal, 15 maio 2003. Audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior destinada discutir a preservação do patrimônio histórico do país a partir da preservação do patrimônio histórico da cidade de Ouro Preto. p. 8.

pontos de ativação do fogo, dando especial atenção às instalações elétricas e de gás de cozinha inadequadas. O segundo ato se refere ao lançamento do movimento Chama: Consciência e Prevenção contra o Fogo através de uma parceria entre a UNESCO e a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em associação com o Corpo de Bombeiros e as demais entidades governamentais e locais. Tal projeto prevê a elaboração de um diagnóstico de risco, o qual considerará toda a carga de incêndio que está internalizada nas construções em razão do material utilizado nos elementos que as compõem, pois, em cada espaço construído, existe uma carga de combustível que deve ser calculada e controlada para que medidas possam ser adequadamente tomadas e de modo que, quando necessário, sejam feitos isolamentos entre construções geminadas. Assim, escolheu-se a rua São José como local de execução do projeto piloto, com a elaboração de roteiro técnico, recrutamento e treinamento de pessoal por meio de programa sistemático de vistorias. Além disso, é esperado o cumprimento do compromisso do governo estadual quanto à renovação da infraestrutura de combate ao fogo através da melhoria dos equipamentos do Corpo de Bombeiros e da ampliação de seu contingente. Pretende-se ainda constituir, na UFOP, um centro de referência de controle e prevenção do fogo em sítios históricos, haja vista a competência técnica da universidade. Vale ressaltar que todo este esforço exigia também um profundo trabalho de colaboração e educação patrimonial com a comunidade, contando com a distribuição de cartilhas e o apoio da mídia.<sup>45</sup>

Os sítios históricos coloniais mineiros, como Ouro Preto, podem ser compreendidos a partir do conceito de *idades inflamáveis*. Tal termo é, atualmente, utilizado para se referir às cidades que podem ser atingidas por incêndios e cujos efeitos sejam sentidos por toda a população em uma generalizada sensação de insegurança. Nessa expressão, fica marcada a noção de propagação do incêndio, isto é, os incêndios “viajam” de uma edificação à outra quando não houver barreira adequada e enquanto subsistirem elementos capazes de manter o processo de combustão. Nesse sentido, o incêndio é entendido como resultado da interação simultânea entre fogo, edificação e usuários, a qual se desenvolve através de múltiplos fenômenos influenciáveis entre si. Em Ouro Preto, pode-se considerar como conjuntos mais vulneráveis as construções das ruas conde de Bobadela, São José e Ouvidor.<sup>46</sup> Estas concepções sobre incêndio

45 MAZZINI, L. “UNESCO iniciará trabalho de prevenção em Ouro Preto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 abr. 2003. O País/Política, p. A4; OURO PRETO. Câmara Municipal. *Audiência Pública nº 523/2003*. Ouro Preto: Câmara Municipal, 15 maio 2003. Audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior destinada discutir a preservação do patrimônio histórico do país a partir da preservação do patrimônio histórico da cidade de Ouro Preto.

46 GOUVEIA, A. M. Claret. *Introdução à engenharia de incêndio: para estudantes, arquitetos, engenheiros, administradores e bombeiros*. Belo Horizonte: 3i Editora, 2017.



foram desenvolvidas por Antônio Maria Claret de Gouveia, figura essencial na execução do movimento Chama e responsável pela elaboração dos relatórios técnicos, trazendo grande contribuição ao projeto através da aplicação de seu método de análise de risco. Segundo ele, as principais características que dão maior vulnerabilidade às edificações coloniais são:

- a) os materiais empregados e os processos construtivos – o uso da madeira como principal material de construção e o emprego de ligações de baixa rigidez tornam as construções coloniais particularmente vulneráveis à ação do fogo;
- b) a organização do espaço edificado de acordo com os costumes de uma época em que os conhecimentos de segurança contra incêndio eram rudimentares;
- c) o uso atual dos espaços, com as consequentes modificações introduzidas – a contínua adaptação das edificações coloniais ao uso das sociedades modernas frequentemente se faz com sérios prejuízos à segurança contra incêndio;
- d) o espaço urbano em que se inserem, que frequentemente impõe muitas restrições à atividade de combate ao incêndio, seja pela reduzida largura das vias de acesso, seja pela geminação das construções e, em alguns casos, pela acentuada declividade das ruas.<sup>47</sup>

**Imagem 4** Rua conde de Bobadela, centro histórico de Ouro Preto (agosto de 2019)



**Fotos** Autora.

47 GOUVEIA, A. M. C. *Análise de risco de incêndio em sítios históricos*. Brasília, DF: IPHAN, 2006. p. 11. (Cadernos técnicos, 5).

Em 2006, no dia da inauguração do novo casarão que antes abrigava o Hotel Pilão, outra audiência foi realizada a fim de debater as possibilidades de melhoria das condições de combate e prevenção a incêndios. Alguns anos após o incêndio, o principal avanço é a aprovação da Instrução Técnica nº 35,<sup>48</sup> a qual estabelece normas de segurança contra incêndios para cidades históricas, configurando-se como algo pioneiro no Brasil. Também, o projeto de implantação da rede de hidrantes na região da praça Tiradentes estava se desenvolvendo e, naquele momento, encontrava-se em fase de licitação. Ponto de destaque daquela reunião foi a fala de Flávio Andrade ao relembrar os resultados e solicitar a retomada do movimento Chama. Durante sua fase de atuação, foram vistoriados aproximadamente 1,7 mil imóveis do núcleo histórico e foi feita a medição da carga de incêndio do Centro, além dos trabalhadores da região terem sido capacitados com noções sobre como lidar com um princípio de incêndio. Contudo, o trabalho não pode ser finalizado em virtude da falta de apoio da prefeitura. Por isso, pede-se pela rearticulação das 22 entidades que haviam assinado a ata de fundação do Chama.<sup>49</sup>

Para concluir o debate, trazemos aqui uma última repercussão daquele cenário: o rumor sobre a possibilidade de inclusão na lista de sítios em perigo ou de perda do seu título de Patrimônio Mundial.

De um lado, a dificuldade do Poder Público de gerir os problemas das cidades tem levado, entre outras consequências, à pressão sobre o patrimônio. Assim, assistimos com preocupação a possibilidade de Ouro Preto, nosso primeiro Patrimônio Mundial tombado pela UNESCO, perder o título em função de processos contínuos de deterioração de seu espaço urbano.<sup>50</sup>

Como foi visto, Ouro Preto passava por um grave processo de degradação e ameaça ao seu conjunto histórico, de modo que com o incêndio no Hotel Pilão a situação ficou ainda mais explícita, como compara Benedito Tadeu de Oliveira: “Estávamos queimando no fogo do inferno e fomos para o purgatório”. Em 2003, uma missão da UNESCO foi enviada à cidade para realizar vistorias, coordenadas por Esteban Prieto, o qual fez uma série de recomendações que deveriam ser cumpridas na intenção de reverter e/ou solucionar os problemas identificados. Assim, o governo brasileiro deveria encaminhar ao Centro do Patrimônio informações sobre as

48 MINAS GERAIS. Corpo de Bombeiros Militar. *Instrução Técnica nº 35 (IT-35): segurança contra incêndio em edificações históricas*. 2. ed. Belo Horizonte: [s. n.], 2017.

49 “AUDIÊNCIA discute medidas de prevenção e combate a incêndio”. *Câmara Municipal de Ouro Preto*, Ouro Preto, 20 abr. 2006. Disponível em: «<https://cmop.mg.gov.br/audiencia-discute-medidas-de-prevencao-e-combate-a-incendio/>» Acesso em: 27 jul. 2022.

50 SCIFONI, S. “Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização”. *GeoUSP: Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 14, 2003. p. 77.

providências adotadas, sendo requisitado, então, a elaboração de um novo relatório detalhando o desenvolvimento das ações de recuperação.<sup>51</sup>

Em reportagem, a arquiteta Jurema Machado diz que, no Brasil, as principais dificuldades enfrentadas pelos conjuntos históricos giram em torno de questões que envolvem a administração e a incapacidade de controlar e ordenar sua expansão. A arquiteta aponta que, entre as décadas de 1930 e 1950, muitas cidades foram tombadas pelo IPHAN, criando-se uma falsa ideia de que o governo federal seria o único responsável pela preservação, enquanto os governos estaduais e municipais não teriam nenhum dever ou tarefa a executar. Nesse sentido, acredita que as soluções que forem colocadas em Ouro Preto servirão como exemplo para os demais sítios históricos urbanos.<sup>52</sup>

Conforme afirma Henrique Oswaldo de Andrade, consultor técnico da UNESCO e membro do Icomos, “a perda do título concedido pela UNESCO seria um atestado de incapacidade do governo brasileiro de zelar por seu patrimônio histórico”.<sup>53</sup> Tal problemática em torno dos abalos na manutenção do título de monumento mundial foi amplamente explorada pela mídia, gerando certa pressão internacional e forte apreensão pela população brasileira e suas autoridades governamentais. Isso porque, a situação de Ouro Preto repercutia em incerteza para o patrimônio cultural de todo o país, dada a sua fundamental carga simbólica enquanto primeiro sítio histórico do Brasil a ser reconhecido como Patrimônio Mundial. Contudo, esse risco ao título era visto como algo muito remoto para os representantes e técnicos da UNESCO, pois seria primeiro necessário passar por um longo processo de avaliação para que fosse colocada na lista do Patrimônio em Perigo, e Ouro Preto não chegou a essa fase. Assim, como disse Jurema Machado, coordenadora da área de cultura da UNESCO no Brasil, “Ouro Preto não será incluída na lista de sítios em perigo da UNESCO nem deve perder o título de Patrimônio da Humanidade”.<sup>54</sup>

51 KATTIAH, E. “Ouro Preto: pior fase já passou: apesar de problemas estruturais persistirem, acervo histórico da cidade mineira corre menos risco, diz UNESCO”. *O Estado de S. Paulo*, 20 maio 2008.

52 KRAKOVICS, F. “Ouro Preto simboliza descaso com memória: descaracterizada, cidade mineira pode entrar na lista de risco da UNESCO e perder título conquistado em 1980”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2002.

53 Idem, “Ouro Preto pode perder título de patrimônio cultural da humanidade”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 abr. 2003.

54 GRAMMONT, A. M. *Os significados do patrimônio histórico: uma reflexão em torno do Hotel Pilão de Ouro Preto*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, BA, 2005; GUIMARÃES, T. “UNESCO impõe ações em defesa de Ouro Preto”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 ago. 2003.

### **Considerações finais**

Ao final desta exposição fica evidente o caráter singular de Ouro Preto enquanto sítio histórico fundamental para o desenvolvimento da arte, da política e da economia no Brasil. Sua efervescência intelectual e cultural remonta a um passado heroico e glorioso. A cidade foi erigida a Monumento Nacional antes mesmo da existência de um órgão voltado à proteção do patrimônio histórico e que, por conseguinte, teve influência direta na formação do movimento preservacionista no Brasil. Destacou-se uma vez mais ao ser o primeiro bem cultural brasileiro a ser reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial. Assim, seu valor universal excepcional é louvado através da sua importância durante o ciclo do ouro, da sua paisagem histórica urbana e da genialidade de seus artistas.

Contudo, diversos desafios foram colocados à salvaguarda de Ouro Preto. O crescimento da cidade gerou novas dinâmicas, como o aumento populacional e a intensificação do turismo, que tiveram considerável impacto em seu patrimônio histórico. Tal situação demandava novas obras de infraestrutura urbana, maior fiscalização e implementação do Plano Diretor. Diante dessas dificuldades, a cidade passou a sofrer com a ocupação desordenada, tráfego pesado no núcleo histórico e destruição das ruínas do Morro da Queimada. Por conseguinte, iniciou-se um sério processo de descaracterização da paisagem e degradação de seu patrimônio histórico.

Perante esse cenário, soma-se ainda o emblemático incêndio do Hotel Pilão. A ausência de infraestrutura adequada não foi capaz de impedir o casarão de ser rapidamente consumido pelo fogo, restando apenas seus destroços e uma grande lacuna na praça Tiradentes. O triste acontecimento deixou exposta a vulnerabilidade de Ouro Preto em relação à ameaça de incêndios tendo em vista suas particularidades enquanto conjunto colonial. Assim, elaborou-se o Chama: Consciência e Prevenção contra o Fogo, movimento que visava construir uma ação coordenada entre os diversos setores sociais e entidades responsáveis para a prevenção e combate a incêndios. Desse modo, a tragédia do Hotel Pilão teve diversas repercussões, entre elas a apreensão quanto à própria permanência do seu título mundial concedido pela UNESCO, trazendo impactos negativos para a imagem no Brasil.

Logo, a exposição aqui feita pretende evidenciar a importância de uma política de salvaguarda que se mostre integrada aos diversos valores, agentes e mecanismos de proteção, de modo que a gestão do patrimônio e o planejamento urbano estejam alinhados. Constatamos, então, que é fundamental a articulação entre as autoridades governamentais e a efetiva participação da comunidade nesse processo. Através dessa

ação conjunta, assim como do reconhecimento da história e memória dos espaços e seus povos, será possível garantir os sentidos de identificação e pertencimento tão caros ao patrimônio. Portanto, mais do que relíquia admirável, devemos olhar para Ouro Preto como esse local pulsante que nos mobiliza em direção à defesa do nosso patrimônio cultural.